



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1004039-53.2016.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Josefa Senhora de Jesus**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

JOSEFA SENHORA DE JESUS ingressou com ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada em face do **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA** e do **ESTADO DE SÃO PAULO**, visando o fornecimento de medicamento. Alegou ser portadora de Urticária Crônica Espontânea (CID L50), necessitando para seu tratamento, por recomendação médica, do medicamento ***Omalizumabe (Xolair)***, não dispondo de condições financeiras para sua aquisição. Requereu a concessão da tutela antecipada e pleiteou a condenação dos réus a fornecerem-lhe, gratuitamente, o medicamento na quantidade recomendada.

Com a inicial (fls.01/06), vieram documentos (fls.07/18).

Concedido os benefícios da assistência judiciária e deferida a tutela antecipada (fl. 25).

Citado, o Estado de São Paulo, contestou a ação (fls. 39/54), alegando preliminarmente, a ausência de receita médica fornecida pelo sistema único de saúde. No mérito, aduziu que não há comprovação da eficácia do insumo pleiteado para a doença que acomete a autora. Relatou, que é imprescindível a realização de perícia médica e estudo socioeconômico do grupo familiar da autora, com o propósito de se certificar acerca da hipossuficiência econômica. Requereu a improcedência da ação.

Réplica às fls. 59/63.

O feito foi saneado, fixando-se como pontos controvertidos a necessidade de uso do medicamento descrito na inicial (fl. 83).

Juntado o laudo do IMESC às fls. 164/171.

É o Relatório.

Fundamento e Decido.

É de responsabilidade de todos os entes públicos federados, União, Estados e Municípios o fornecimento gratuito de tratamento médico e cirúrgico aos cidadãos carentes de recursos financeiros, para a cura de doenças graves que lhes acometem, mediante prescrição



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

médica.

Contudo, verifica-se ser necessária a existência de dois requisitos para a concessão de medicamentos, quais sejam, a imprescindibilidade do medicamento e a ausência de condições financeiras para obtê-lo. Esta é a única interpretação razoável da Lei n. 11.347/2006, pois é inconcebível e atenta até contra o princípio da moralidade que o Estado seja obrigado a fornecer gratuitamente remédios a quem tem capacidade financeira para adquiri-los, sob pena de falência total do sistema, por falta de recursos disponíveis. Realmente, o orçamento é finito, razão pela qual devem ser atendidas as pessoas que realmente não podem arcar com os custos dos medicamentos.

In casu, verifica-se que o laudo do IMESC concluiu que a eficácia do medicamento pleiteado, apresenta tempo de acompanhamento de no máximo 24 semanas, pois há efeitos colaterais importantes em longo prazo. Considerando que a autora tem feito a aplicação do medicamento desde o ano de 2016, decorreu o prazo estipulado no laudo.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, condenando a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que fixo em R\$400,00 (quatrocentos reais) em favor de cada um dos requeridos, com fulcro no art. 85, § 3º, do CPC, ressalvada a justiça gratuita.

P.I.C.

Araraquara, 28 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**